

Análise dos Dados de Feminicídio no Brasil

Célida Mariane Sodré de Sousa,
Cristian Alves, Leonardo F. de Aquino, Ludmilla Carvalho e Edilberto Silva
FACSENAC-DF, Brasília-DF

celidaravi@gmail.com; cristian88alves@gmail.com; leosenac.ge@gmail.com; ludmilla.dba@gmail.com;
prof.edilberto.silva@gmail.com

Abstract:. *Abstract:.. This study investigates femicide in Brazil, focusing on judicial records from federal first-instance courts between 2016 and 2021. Femicide is characterized by the murder of women because of their gender, this issue represents a serious of human rights issues in the country. Using data from the National Council of Justice, we identified alarming incidence patterns, with significant variations among states. This research not only seeks to understand the dynamics of these crimes but also aims to provide crucial insights for the formulation of public policies and targeted interventions to effectively protect women from this extreme form of violence. otect women from this extreme form of violence.*

Keywords: *Femicide, Brazil, Justice, Public Policies.*

Resumo. Este estudo investiga os feminicídios no Brasil, concentrando-se nos registros judiciais de 1ª instância federal entre os anos 2016 até 2021. Feminicídio é caracterizado pela morte de mulheres devido ao seu gênero, é uma grave questão de direitos humanos no país. Utilizando dados do Conselho Nacional de Justiça, identificamos padrões alarmantes de incidência, com variações significativas entre estados. Esta pesquisa não apenas busca compreender a dinâmica desses crimes, mas também oferecer *insights* cruciais para a formulação de políticas públicas e intervenções direcionadas, visando à proteção efetiva das mulheres contra essa forma extrema de violência.

Palavras-chave: feminicídio, Brasil, justiça, políticas.

1. Introdução

O presente trabalho tem como foco um estudo de caso de feminicídios no Brasil com os dados extraídos do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) da Justiça Nacional.

O movimento feminista introduziu o termo feminicídio para descrever especificamente a morte de uma mulher provocada por um homem em função de conflito de gênero. Na década de 1990, essa definição foi expandida para abranger as mortes de mulheres e meninas devido ao seu gênero. No entanto, ao longo do tempo, essa definição foi ampliada para englobar qualquer morte de mulher resultante de violência.[1]

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é obter e apresentar informações acerca de casos de feminicídios no Brasil no período de 2016 a 2021 que estão registrados na Justiça Nacional do Brasil, especificamente as de 1ª instância federais, tais como TJBA, TJDF entre outras, sendo possível filtrar, por exemplo, por ano, estado, casos novos, números de sentenças, dentre outros.

Para cumprir os requisitos foram definidos os seguintes **objetivos específicos** :

- Acessar aos dados públicos do Conselho Nacional de Justiça
- Realizar o entendimento de dados
- Obter e tratar a massa de dados necessária para responder o objetivo geral
- Criar *Staging Area* (importação de todos os dados necessários)
- Importar dados da *Staging Area* para o MMD
- Criar Modelo Multidimensional (MMD)
- Criar os *DashBoards*
- Validar as informações obtidas e ajustar junto a área demandante/cliente.

2. Metodologia e Referencial Teórico

2.1 Feminicídio

O feminicídio é uma manifestação extrema e alarmante que afeta todas as camadas da sociedade. Essas mortes de mulheres, motivadas pelo simples fato de serem mulheres, são um triste reflexo de uma cultura que ainda perpetua a dominação masculina e a subjugação feminina. Em cada sociedade, em cada contexto social e político, o feminicídio encontra espaço para prosperar, alimentado por um desequilíbrio de poder arraigado entre os gêneros masculino e feminino.

Confirmar esse ponto de vista assegura que o feminicídio é todo e qualquer ato de agressão derivado da dominação de gênero, cometido contra indivíduo do sexo feminino, ocasionando sua morte. Nessa perspectiva, o assassinato de mulheres pode ser realizado por pessoas próximas das vítimas, como namorados, maridos e/ou companheiros, outros membros da família ou por desconhecidos.

Tais circunstâncias contribuem para a determinação das seguintes tipologias: a) feminicídio íntimo, é o tipo mais frequente, em que o homicida mantinha ou manteve com a vítima relacionamento íntimo ou familiar; b) feminicídio sexual, ocorre nos casos em que a vítima não possui ligação qualquer com o agressor, mas sua morte foi precedida de violência sexual, no caso de estupro seguido de morte; c) feminicídio corporativo, por sua vez, dar-se-á em casos de vingança ou disciplinamento, através do crime organizado, como se verifica no tráfico internacional de seres humanos; e, por fim, d) feminicídio infantil, aquele imputado às crianças e adolescentes do sexo feminino através de maus-tratos dos familiares ou das pessoas que tem o dever legal de protegê-las (SEGATO, 2006; ROMERO, 2014).[4]

2.1.1. CRISP-DM

O *Cross Industry Standard Process for Data Mining* (CRISP-DM) é um modelo abrangente e sistemático para realizar projetos de mineração de dados, adaptável tanto para iniciantes quanto para especialistas. Dividido em seis fases - compreensão do negócio, entendimento do negócio, preparação dos dados, modelagem, avaliação e implantação - o processo começa com a compreensão dos objetivos do projeto a partir da perspectiva do negócio. Essa etapa é crucial, pois define o problema de mineração de dados e estabelece um plano preliminar para alcançar os objetivos.

A segunda fase envolve a organização e documentação dos dados disponíveis, iniciando efetivamente o trabalho de mineração de dados.

Identificar quais dados são relevantes para resolver o problema é fundamental, pois guia as decisões sobre o tratamento dos dados e a obtenção das informações desejadas. A preparação dos dados vem em seguida, abrangendo atividades para construir o conjunto de dados final a partir dos dados brutos iniciais, incluindo seleção, transformação e limpeza dos dados.

Na fase de modelagem, são aplicadas técnicas para identificar melhorias ou alterações necessárias no negócio, de acordo com os problemas a serem abordados. Esta etapa pode ser repetida várias vezes e muitas vezes requer retornar à fase de preparação de dados para ajustes exigidos pelo modelo. Após a avaliação do modelo para garantir que os resultados atendam aos objetivos estabelecidos, a última etapa é a implantação, onde os novos conhecimentos são aplicados para melhorar o negócio. Dependendo dos requisitos, isso pode variar desde a geração de relatórios até a implementação de processos de mineração de dados em toda a empresa.[5]

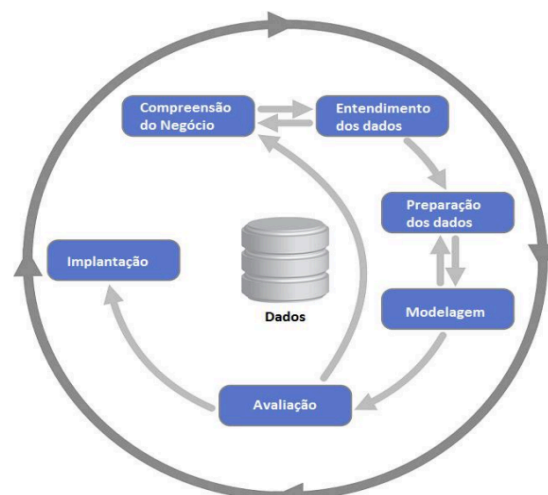


Figura 1-CRISP-DM
Fonte[5]: Wikipédia,2024.

3. Resultados

3.1. Compreensão do Negócio

O Poder Judiciário brasileiro é composto por cinco segmentos: Justiça Estadual e Justiça Federal, que integram a Justiça Comum, e Justiça do Trabalho, Justiça Eleitoral e Justiça Militar, que integram a Justiça Especial.

O Poder Judiciário no Brasil opera através de um sistema hierárquico composto por três instâncias fundamentais. Na primeira instância, os juízes de direito de cada comarca, juntamente com os juízes

federais, eleitorais e do trabalho, iniciam o processo judicial e proferem decisões iniciais.

A segunda instância é responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra as decisões da primeira instância, sendo composta por Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais, Tribunais Regionais Eleitorais e Tribunais Regionais do Trabalho. Por fim, a terceira instância é representada pelos tribunais superiores, incluindo o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Tribunal Superior do Trabalho (TST) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que revisam e decidem recursos contra decisões dos tribunais de segunda instância, garantindo a uniformidade na aplicação da lei e a proteção dos direitos fundamentais.[3]

3.2. Entendimento de Dados

Neste trabalho, utilizaremos três arquivos .CSV, cujos links para download são: <https://www.cnj.ius.br/base-de-dados/> e <https://github.com/chandez/Estados-Cidades-IBGE/tree/master/csv>.

1. **Arquivo JN_31-Ago-2023.csv:** Originalmente, este arquivo possui 1290 linhas e 1314 campos. Após a limpeza dos dados para nosso estudo, restaram 167 linhas e 9 campos.
2. **Arquivo csv/estados.csv:** Este arquivo contém 28 linhas e 128 campos, todos utilizados em nosso estudo.
3. **Arquivo csv/regioes.csv:** Este arquivo possui 6 linhas e 12 campos, todos também utilizados em nosso estudo.

Para este trabalho, serão utilizados apenas os campos descritos abaixo, provenientes desses três arquivos.

Tabela dados extraídos do CNJ - Feminicídio

Campo	Tipo	Descrição
Ano	Numérico	Ano vigente de execução dos dados
Sigla	Caracteres	Siglas dos tribunais: TJAC - Tribunal de Justiça do Acre TJAL- Tribunal de Justiça de Alagoas TJAP- Tribunal de Justiça do Amapá

Cncfem	Numérico	Casos Novos de Conhecimento em feminicídio Métrica na fato QtdCasosNovos
Exejudcrimfem	Numérico	Execução Judicial Nova Criminal de Feminicídio
Sentcfem	Numérico	Sentenças de Conhecimento de Feminicídio Métrica na fato QtdSentencas
Sentjudcrimfem	Numérico	Sentença Judicial Criminal de Feminicídio
Tbaixcfem	Numérico	Total de Processos Baixados de Conhecimento em feminicídio Métrica da fato QtdProcessosBaixados
Tbaixjudcrimfem	Numérico	Total de Baixados Judiciais Criminais de Feminicídio
Pop_fem	Numérico	População Feminina

Tabela de dados extraídos do dataset CNJ e IBGE

Campo	Tipo	Descrição
Descrição	Caracteres	Nome dos Tribunais
UF	Caracteres	Unidade Federativa
Região	Numérico	Região do Tribunal

Tabela de dados extraídos do dataset IBGE

Campo	Tipo	Descrição
CodigoUF	Numérico	Código padrão IBGE: 12 - Acre 27 - Alagoas

		16 - Amapá
Nome	Caracteres	Nome do Estado: Acre, Alagoas, Amapá
UF	Caracteres	Unidade Federativa: AC - Acre AL - Alagoas AP - Amapá
Região	Numérico	Número da Região do Tribunal: 1, 2, 3
Desc. Região	Caracteres	Descrição da Região: 1 - Norte 2 - Nordeste 3 - Sudeste

- **Transformação:** a transformação dos dados envolve a limpeza, padronização e organização dos dados extraídos para torná-los adequados para análise.
- **Carga:** a última etapa do processo *ETL* é carregar os dados transformados em um *Data Warehouse* para análise.

3.3 Preparação de Dados

Essa etapa tem o objetivo de tratar os dados antes de serem submetidos ao treinamento e à validação do modelo classificatório. A preparação de dados, no contexto da solução estudada, contempla as seguintes fases:

3.3.1 Elaboração do *Staging Area*

Para montar a *staging area* com todas as informações necessárias foram extraídos dos bancos de dados e manipulados para gerar as respectivas tabelas de carga das fases seguintes.

O *Script SQL* para carga de dados e criação da(s) tabela(s) do Modelo Multidimensional encontram-se no compartilhamento <https://github.com/ludmillacarvalho/labinov4>.

3.3.2 *ETL*

O processo *ETL* para o estudo de feminicídios no Brasil foi essencial para extrair, transformar e carregar os dados necessários para a análise. A seguir, são descritas as etapas detalhadas do processo *ETL* utilizado neste estudo.

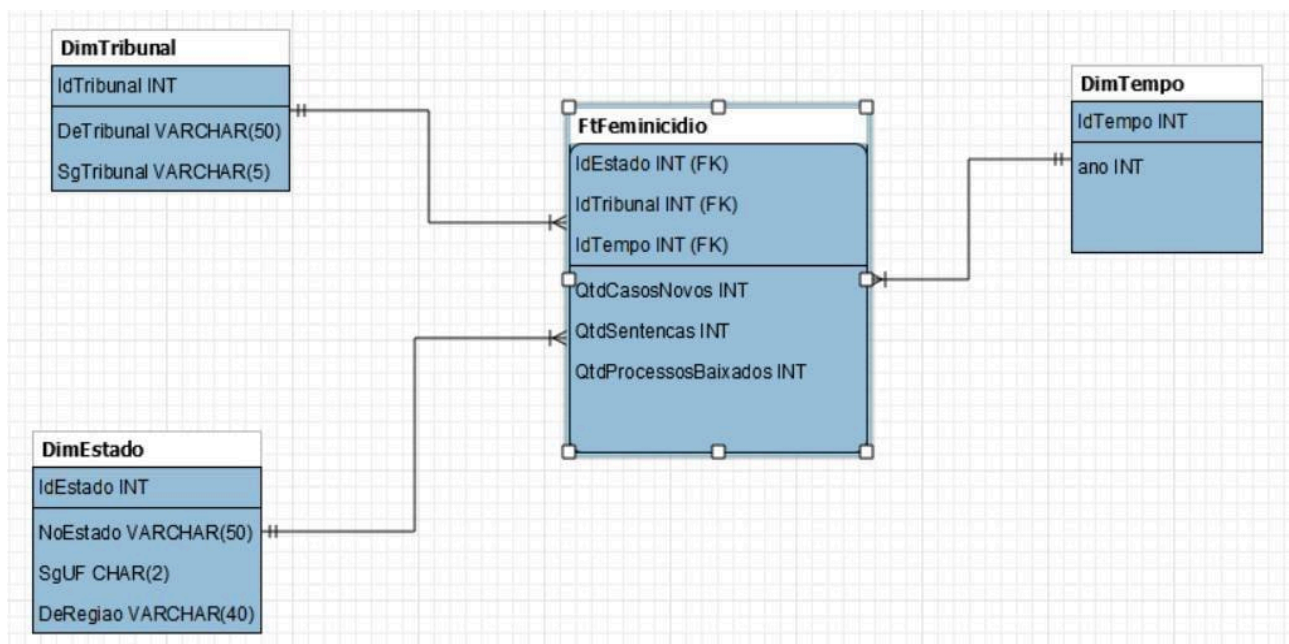
- **Extração:** a primeira etapa do processo *ETL* consiste em extrair os dados brutos dos arquivos CSV.

3.3.3 Modelo Multidimensional

Após a inserção dos dados na *Staging Area*, foi criado o modelo multidimensional para a análise dos feminicídios no Brasil no *SQL*.

Primeiramente, foram criadas as tabelas fato e dimensões no *MySQL*, o que facilitou a organização e a consulta dos dados. Em seguida, os relacionamentos entre essas tabelas foram definidos para garantir a integridade e a coesão dos dados. Foram destacadas as tabelas *DimTempo* e *FtFeminicidio*, que são fundamentais para as análises temporais e específicas dos casos de feminicídio. Por fim, os dados da *Staging Area* foram importados para as tabelas do modelo multidimensional, permitindo a realização de consultas e análises avançadas de forma eficiente e estruturada.

A seguir, apresentamos o *script SQL* utilizado para a carga de dados e a criação das tabelas disponível no compartilhamento <https://github.com/ludmillacarvalho/labinov4>.



3.4.Modelagem A modelagem dos dados é uma etapa crucial do processo de análise, pois define como os dados serão estruturados e acessados para responder às perguntas de negócio, os *dashboards* foram desenvolvidos para fornecer uma visualização interativa e intuitiva dos dados.

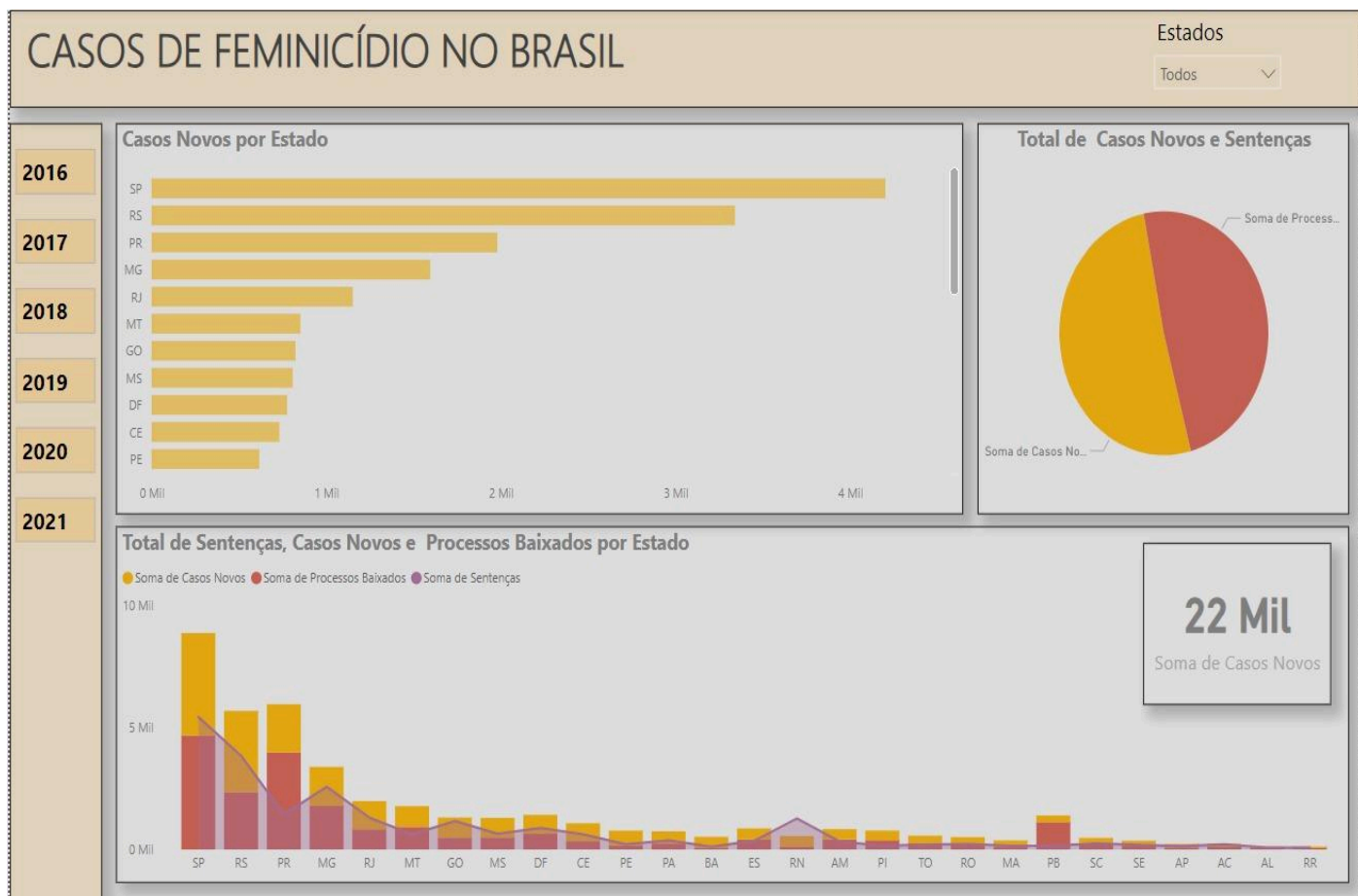
Além disso, há gráficos que destacam os estados com maior incidência de novos casos de feminicídio. Essas visualizações permitem uma compreensão clara de quais estados têm os índices mais elevados de feminicídios, facilitando a identificação de áreas críticas e a tomada de decisões informadas.

O arquivo **PowerBI** encontra-se no compartilhamento **GitHub** **LudmillaCarvalho** <<https://github.com/ludmillacarvalho/labinov4>>

3.4.1 Dashboard

Esta estrutura de *Business Intelligence (BI)* inclui diversas métricas importantes:

- Total de Casos Novos
- Total de Sentenças
- Casos Novos por Estado
- Processos Baixados por Estado



3.5. Avaliação

Apresentamos uma análise detalhada dos dados relacionados a casos novos, sentenças e processos baixados de feminicídio por estado e ao longo dos anos. Utilizamos métricas essenciais para identificar tendências e padrões que possam informar políticas públicas e ações preventivas:

- **Total de Casos Novos:** Ao longo dos anos analisados, observamos uma variação no número de casos novos de feminicídio. Alguns estados apresentam uma tendência crescente, enquanto outros mostram flutuações significativas.
- **Total de Sentenças:** As sentenças emitidas também variam consideravelmente por estado e ano. Em alguns estados, o número de sentenças acompanha o aumento de casos novos, enquanto em outros não há uma correlação direta.
- **Estados com Maior Incidência:** Estados como São Paulo e Rio de Janeiro destacam-se com o maior número de casos novos de feminicídio. Por exemplo, São Paulo registrou 414 casos novos em 2021, enquanto o Rio de Janeiro teve 40 no mesmo ano.
- **Evolução ao Longo dos Anos:** A evolução dos casos novos por estado revela padrões distintos. São Paulo mostra um aumento significativo a partir de 2020, enquanto estados como Rio de Janeiro apresentam variações menos previsíveis.
- **Distribuição dos Processos Baixados:** A análise dos processos baixados indica que há estados com uma alta eficiência no fechamento de casos, refletindo em números elevados de processos baixados. São Paulo e Rio de Janeiro novamente se destacam, com 170 e 122 processos baixados em 2021, respectivamente.
- **Gráficos e Tabelas:** Gráficos de barras e colunas foram utilizados para destacar as diferenças entre estados e a evolução ao longo dos anos. Estes visuais ajudam a identificar rapidamente os estados com maior e menor incidência de feminicídio.

A análise dos dados de feminicídio revela padrões importantes:

1. **Incidência Elevada:** Estados como São Paulo e Rio de Janeiro têm os índices mais altos de novos casos de feminicídio.
2. **Crescimento Recente:** Alguns estados mostram um aumento recente nos casos, o que pode indicar uma necessidade urgente de intervenção.

3. **Eficiência Judicial:** A variação no número de sentenças e processos baixados sugere diferenças na eficiência do sistema judicial entre estados.

Essas descobertas são cruciais para orientar políticas públicas e estratégias de prevenção, visando reduzir os índices de feminicídio e melhorar a resposta judicial a esses crimes.

4. Conclusão

Portanto, este estudo buscou fornecer uma análise abrangente dos casos de feminicídio no Brasil, concentrando-se nos registros judiciais de 1ª instância federal de diversos estados entre 2016 e 2021. O objetivo foi explorar e apresentar informações detalhadas sobre casos novos, número de sentenças e outros aspectos relevantes, como a distribuição geográfica e a evolução temporal desse crime hediondo.

Ao analisar os dados, identificamos que estados como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais destacaram-se pela alta incidência de feminicídios ao longo dos anos estudados. Esses estados não apenas lideraram em número absoluto de casos novos, mas também mostraram variações anuais que refletem desafios persistentes na proteção das mulheres contra essa forma extrema de violência.

A eficiência judicial variou significativamente entre os estados. Alguns, como o Distrito Federal e Santa Catarina, demonstraram maior capacidade de converter casos novos em sentenças, enquanto outros, como Amapá e Roraima, enfrentaram desafios consideráveis de *backlog* judicial. Isso sublinha a necessidade de abordagens diferenciadas e adaptadas às realidades locais para melhorar o acesso à justiça e a celeridade na resolução desses crimes.

Observou-se também uma tendência de aumento nos registros de feminicídio ao longo dos anos, sugerindo a urgência contínua de políticas públicas mais eficazes, além de iniciativas sociais e educacionais para prevenir esse tipo de violência. A análise confirmou parcialmente a hipótese de que estados com sistemas judiciais mais ágeis tendem a apresentar melhores resultados na gestão e redução dos casos pendentes, mas destacou a complexidade na correlação direta entre eficiência judicial e diminuição de feminicídios.

Por fim, recomenda-se estudos mais aprofundados em nível regional para entender os fatores específicos que contribuem para a prevalência do feminicídio em diferentes áreas do Brasil. Além disso, é essencial monitorar continuamente a implementação e eficácia das políticas públicas existentes, promovendo a integração de dados entre instituições e estados para fortalecer a resposta coordenada e eficaz contra o feminicídio.

Este estudo não apenas amplia o entendimento sobre a dinâmica do feminicídio no Brasil, mas também destaca a importância de abordagens integradas e colaborativas para enfrentar esse grave problema de direitos humanos. As recomendações apresentadas visam orientar futuras pesquisas e intervenções práticas que possam contribuir significativamente para a proteção e segurança das mulheres em nossa sociedade.

5. Referências

1. Garcia, L. P. et al. Estimativas corrigidas de feminicídios no Brasil, 2009 a 2011. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 272-275, 2014. Disponível em: https://www.scielo.org/pdf/rsp/v48n2/pt_0034-8910-rsp-48-02-272.pdf. Acesso em: 25 abr. 2024.
2. CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ). *Justiça em Números*. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/justica-em-numeros/>. Acesso em: 14 mar. 2024.
3. CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP). *Glossário*. Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/institucional/476-glossario/8009-instancia#:~:text=A%20primeira%20inst%C3%A2ncia%2C%20onde%20em,federais%2C%20eleitorais%20e%20do%20trabalho>. Acesso em: 25 abr. 2024.
4. Chandez. *Estados-Cidades-IBGE: Regiões do Brasil*. GitHub, 2022. Disponível em: <https://github.com/chandez/Estados-Cidades-IBGE/blob/master/csv/regioes.csv>. Acesso em: 25 abr. 2024.
5. Wikipedia. *Cross Industry Standard Process for Data Mining*. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cross_Industry_Standard_Process_for_Data_Mining. Acesso em: 02 maio 2024.